



**ST13. CULTURAS, IDENTIDADES E RELIGIOSIDADES AFROBRASILEIRA, INDIGENA E CIGANA**

954

**PRÁTICAS PEDAGÓGICAS E RELAÇÕES ÉTNICOR-RACIAIS NA ESCOLA DA EDUCAÇÃO BÁSICA: O CASO DA ESCOLA CANDIDO RÉGIS DE BRITO – ALAGOA GRANDE-PB**

*Luís Carlos Oliveira Silva (UEPB/CH/Campus de Guarabira)<sup>1</sup>  
Waldeci Ferreira Chagas<sup>2</sup>*

**Resumo:** Este trabalho é parte da pesquisa intitulada: Práticas Pedagógicas de Professores(as) na Perspectiva da Educação para as Relações Etnicorraciais em Escolas de Educação Básica – Paraíba: 20003/2013. Nele discutimos os primeiros contatos com professores (as) da Escola Candido Régis de Brito, localizada na comunidade negra de Zumbi, na cidade de Alagoa Grande-PB, e fazemos algumas incursões com relação as suas práticas pedagógicas com os conteúdos de história e cultura afro-brasileira na sala de aula. Para tanto, estamos observando as práticas dos professores (as) e aplicando o questionário. Além disso, discutimos neste trabalho alguns autores como Anhorn (2000), Conceição (2006) e Gomes (2013) que debatem o tema das relações étnicorraciais nas escolas, visto que muitas ideias expostas por estes autores já se assemelham em muito as nossas reflexões. Dentro das ideias expostas se discute a diversidade, a multiculturalidade, a interdisciplinaridade e a aplicação da lei 10.639/03 que obriga o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana na escola da educação básica.

**Palavras-chave:** Lei 10.639//03. Ensino. Escola Cândido Régis

Os estudos foram conduzidos a partir da leitura de vários textos resultados de pesquisas realizadas em diferentes cidades brasileiras, com os quais discutimos em nossas reuniões salientando o que importava a nossa pesquisa e comparando também a nossa pesquisa com outras. As leituras e discussões nos ajudaram a aprofundar nas questões etnicorraciais presentes no nas relações do cotidiano, coisas simples, mas que na verdade tem um valor significativo quando são problematizadas no contexto escolar, sobretudo, porque as escolas são permeadas por relações entre pessoas de diferentes

<sup>1</sup> Estudante do curso de História-UEPB/Campus Guarabira. Bolsista de Iniciação Científica. PIBIC/CNPq.

<sup>2</sup> Professor do Departamento de História/UEPB-Campus Guarabira. Orientador do projeto: **Práticas Pedagógicas de Professores (as) na Perspectiva da Educação para as Relações Étnico-raciais em Escolas de Educação Básica. Paraíba: 20003/2013**, financiado pelo CNPq.

etnias. Logo, nelas ocorrem situações de preconceitos, e discriminações de toda ordem, tanto de professores (as) para alunos (as) como destes para professores (as). Assim as leituras realizadas nos possibilitaram Compararmos as pesquisas dos diversos pesquisadores (as) com o cotidiano dentro e fora da escola campo da nossa pesquisa e nos espaços onde existem relações entre pessoas.

Com o propósito de mapear as ações dos (as) professores (as) com relação às práticas pedagógicas com os conteúdos de história e cultura afro-brasileira e africana na Escola Candido Regis, localizada na cidade de Alagoa Grande, o instrumento aplicado foi o questionário. O intuito desse instrumento era identificar as ações dos (as) professores (as) em torno do ensino da história e cultura afro-brasileira e africana em sala de aula.

Depois de termos analisados alguns autores (as) e nos aprofundado nas pesquisas de campo podemos identificar algumas questões que serão discutidas nesse nosso trabalho, tais como, a falta de interesse dos docentes com relação às questões étnicas, visto que dos dez questionários que foram entregues aos (as) professores (as) da Escola Candido Régis, somente um devolveu respondido.

Neste caso, outras questões estão relacionadas a esse fato, ou seja, muitos dos (as) professores (as) nunca passaram por um curso de formação continuada sobre os conteúdos de história e cultura afro-brasileira e africana. Essa questão foi levantada pelos (as) próprios professores (as) e isso foi uma das justificativas que eles (as) apontaram para não responderem aos questionários.

No decorrer da pesquisa identificamos algumas questões e pudemos assemelhá-las a pesquisa de (GOMES; JESUS, 2013), que realizou estudo em âmbito nacional o que incluiu escolas das cinco regiões do país. A pesquisa revelou que muitos dos questionários que foram enviados por esses pesquisadores aos professores nas várias escolas do país não retornaram, o que lhes deu a ideia de como os professores estão desinteressados quando se discute a questão étnico-racial na sala de aula. Essa mesma questão identificamos quando fomos aplicar o questionário concernente à pesquisa **Práticas Pedagógicas de Professores (as) na Perspectiva da Educação para as Relações Étnico-raciais em Escolas de Educação Básica. Paraíba: 20003/2013**. Conforme salientamos distribuimos dez questionários e apenas um foi entregue respondido. Por isso, podemos afirmar que os docentes dessa escola não dão o valor necessário à história e cultura afro-brasileira e africana em sala de aula. Pois se não quiseram responder o questionário é porque nada fizeram ou não estão fazendo em sala de aula, ou estão fazendo de modo fragmentado e não consideram importantes.

Na pesquisa que realizaram (GOMES & JESUS, 2013) mostram as fragmentações do sistema educacional brasileiro e revelam também os problemas nas práticas pedagógicas com relação aos conteúdos de história e cultura afro-brasileira. Esses pesquisadores (as) mostram que, quando os (as) professores (as) se referem a essa temática não fogem a tradição exposta nos livros didáticos, visto que as referências as pessoas negras ainda as remetem a escravidão. Do contrário, quando os afro-descendentes são mencionados nas salas de aulas, são apenas abordados nas questões preconceituosas e de inferioridade.

As formulações desses pesquisadores (as) deram base para sustentar o que encontramos nas salas de aula da escola campo da pesquisa, visto que, o único momento em que os professores (as) fazem referência a questão afro-brasileira é o dia 20 de novembro. Esse fato não muda porém, a escola possui um projeto sobre história e cultura afro-brasileira e africana. No momento está parado, cuja justificativa é o fato de a professora de Geografia que o iniciou está ausente da escola desde 2009. Quando esta professora estava à frente do projeto os conteúdos de história e cultura afro-brasileira e africana eram trabalhados na escola durante todo o ano letivo e a culminância era realizada no dia 20 de novembro. Esse fato mostra também que não existe na escola um trabalho feito por uma equipe de professores (as), mas existe o trabalho de uma professora. Logo, só funcionou quando a Professora de Geografia estava presente, visto que os demais professores (as) não tomaram a discussão pra si, e nas suas práticas pedagógicas não incorporaram os conteúdos de história e cultura afro-brasileira e africana. Todavia, esses conteúdos são trabalhados na escola por uma minoria, e de modo fragmentado.

As pesquisas analisadas revelaram que o problema de os (as) professores (as) não trabalhar os conteúdos de história e cultura afro-brasileira e africana na sala de aula e de modo sistemático está no racismo, e preconceito. Mas está também na forma como os docentes lidam com as questões étnico-raciais, no tradicionalismo e no individualismo ainda comum nas escolas. No geral na Escola Cândido Regis de Brito campo da pesquisa não há uma prática coletiva capaz de fortalecer as ações pedagógicas acerca da história e cultura afro-brasileira e africana. Quando do contato com professores (as) dessa escola estes se negaram a conversar e a responder o questionário. A justificativa dada fora o fato de não terem passado por nenhum curso de formação e nem participado mais do projeto que na escola era desenvolvido pela Professora de Geografia.

Acerca dessa questão (GOMES & JESUS, 2013) diz que o problema não é só o preconceito e a centralização do projeto num professor, mais também o fato de muitos professores estarem despreparados e por isso, se mantem desatualizados e permeados com práticas tradicionais. De certo modo o tradicionalismo intensificou o racismo e impediu que a sociedade e principalmente a escola fosse igualitária e valorizasse todas as culturas.

Na sua pesquisa (GOMES & JESUS, 2013) analisaram as práticas pedagógicas dos (as) professores (as) de História nas escolas municipais e estaduais das cinco regiões do país. Embora a nossa pesquisa seja com escola nos limitamos a uma escola pública municipal localizada na cidade de Alagoa Grande (PB). Não se trata de uma pesquisa com abrangência nacional, mas local.

No entanto, a nossa pesquisa se assemelha ao que (GOMES & JESUS, 2013) discutem, visto que ambas as pesquisas mostram as fragmentações do sistema educacional brasileiro no fazer com a história e cultura afro-brasileira. Nessa perspectiva os problemas não diferem, pelo contrario se assemelham em muitos pontos. Na sua pesquisa (GOMES & JESUS, 2013) apresentam a realidade que existe no país atualmente, isso nos faz refletir que não há uma formação docente coerente para que professores formados tenham capacidade de levar aos seus alunos a partir das

disciplinas discutirem as questões e os estudos étnico-raciais. Para tanto, é necessário políticas públicas serias que valorizem e assegurem a educação igualitária.

Sem políticas educacionais que garantam a igualdade de concorrência os problemas relacionados às práticas pedagógicas com relação aos conteúdos de história e cultura afro-brasileira e africana são visíveis nas escolas. Mesmo sem formação docente e sem políticas públicas de qualidade professores (as) sustentam e enfatiza a discussão em sala levando em consideração apenas o preconceito e o racismo. A partir deste enfoque (GOMES & JESUS, 2013) fizeram a investigação para mostrar como estar sendo implantada a lei 10.639/03 nas escolas públicas, e nesse caso se estas estão realmente se utilizando do pressionamento legal para disseminar e abordar as culturas afro-descendentes na sala de aula. Dessa forma, (GOMES & JESUS, 2013) mostram as indagações e os processos que a pesquisa suscitou. Nesse sentido destacam que as escolas são frágeis na implementação da lei 10.639/03.

Na sua pesquisa (GOMES & JESUS, 2013) revelaram ainda que a lei 10.639/03 deu mais legitimidade aos trabalhos que já vinham sendo feito, as escolas se mostraram mais democráticas e mais participativas na sustentabilidade das relações etnicorracias; revelaram também que muitos professores (as) estão capacitados, porem, têm outros que desconhecem e oferecem resistência. Na Escola Cândido Régis de Brito, embora com muitas falhas como já foi salientado, existe, apesar de pouca profundidade uma perspectiva de mudar por parte de alguns professores (as) essa situação. Entretanto a escola têm trabalhos individuais o que dificulta a institucionalização do que determina a Lei 10.639/03. A permanência continuada e coerente dos trabalhos só acontecerá quando houver uma formação continuada dos (as) professores (as) dessa escola e a inclusão no PPP, porem, o PPP dessa escola em foco não contempla as leis 10.639/03 e a 11.645/08.

Com isso, se percebe que as escolas precisam aprofundar e ser coerente nas suas práticas com relação à história e cultura afro-brasileira e africana, sobretudo, implantar esse conteúdo a partir de uma política democrática onde haja maior participação do corpo docente. Como isso ainda não é uma realidade na escola é muito comum professor (a) encontrar a solução em datas comemorativas pra elaborar trabalhos sobre a história e cultura afro-brasileira. Essas questões que identificamos na nossa pesquisa foram levantadas na pesquisa de (GOMES & JESUS, 2013).

Na Escola Cândido Régis de Brito, além dos diversos caminhos metodológicos usados pelos (as) professores (as) há um grande desafio para se implementar e continuar com as questões relacionadas a história e cultura afro-brasileira e africana e assim garantir a educação das relações étnico-raciais, de modo a cumprir o que estabelece a lei 10.639/03. O desafio a ser superado é garantir a participação efetiva de todos que se encontram e fazem parte da escola. Pois aqueles (as) professores (as) que passaram por uma formação na temática afro-brasileira e africana se interessam e dialogam com mais entusiasmo; comportamentos diferentes encontramos naqueles que não passaram por tal formação. Estes comumente fecham a cara e se escondem quando são convidados a trabalhar com a história e cultura afro-brasileira e africana em sala de aula.

Conforme (GOMES & JESUS, 2013) salientaram a lei 10. 639/03 deu mais legitimidade aos trabalhos sobre história e cultura afro-brasileira e africana que já

estavam sendo realizados e também pressionaram as secretarias a apoiarem as escolas nesse processo, além disso, pressionou os profissionais das escolas a trabalharem essa temática não só na disciplina de História, mas também em outros campos do saber, conforme salienta (MELO, 2002), quando na sua pesquisa discutiu a história da capoeira e sua implementação na disciplina de Educação Física.

Isso nos faz repensar que a cultura africana e afro-brasileira não estar só ligada exclusivamente à História. Na Escola Cândido Régis de Brito, embora os questionários não tenham sido respondidos identificamos que os professores (as) de Geografia de Português trabalham as questões étnico-raciais, não só os professores de História como sempre acontece na maioria das escolas. Visto que o projeto África/Brasil que não funciona desde 2009 era coordenado e executado pela Professora de Geografia, é certo também que a volta do projeto será fruto dos esforços desta professora. Dessa maneira, a disciplina de Educação Física também pode, assim, como as outras áreas traçar um caminho de aprendizado e “de subsídios para que os conteúdos de história e cultura afro-brasileira possam ser abordados na perspectiva da Cultura Corporal nas aulas de Educação Física Escolar” (MELO, 2002).

Identificamos que na escola pesquisada não existe esse tipo de esporte e nem a história da capoeira é discutida em sala de aula, no entanto, a capoeira esta ligada ao processo de resistência a escravidão e a construção da identidade das pessoas negras. Dessa maneira, o pesquisador (MELO, 2002) traça o contexto em que o tráfico e os meios de escravização favoreceram e deram base para o surgimento da capoeira, pois como se sabe as pessoas negras eram tratadas como bichos, como animais que não tinham direito a nada. Por isso, tiveram que se adaptar e reinventar seus costumes e suas tradições, então a prática da capoeira não é só um esporte, mas um meio de transmitir conhecimento e construir identidades.

Por essas questões (MELO, 2002) afirma que a capoeira é uma só e os divisores históricos não podem tirar o valor cultural e a identidade criada pelos afro-descendentes a partir desta prática. Esse autor ainda nos faz refletir sobre a questão da prática da capoeira apenas como esporte, visto que, esta tem uma cultura muito ampla e dessa forma não se pode aprisionar a capoeira apenas a um entretenimento, mas reconhecer seu valor enquanto cultura.

Desta feita os temas relacionados à capoeira tem que ser levantados na escola, pois esta prática cultural não é só um esporte é rica e ampla, além disso, a capoeira é uma integração de culturas. Apesar de seu surgimento está relacionado à história da escravidão, por sua vez, traz consigo um valor cultural e histórico de identidade. Por meio da capoeira a identidade negra pode ser transmitida aos alunos (as) seja na por meio da execução desta nas aulas de Educação Física, assim como no fazer em outras disciplinas.

Todavia, não só as crianças negras podem praticá-la, mas todas as populações em geral, por isso, deve haver reflexão sobre o valor cultural e histórico da capoeira não só para as pessoas negras, mas para todos (as) os (as) brasileiros (as).

Assim como a capoeira está inserida no processo de construção da cultura afro-brasileira, todas as culturas tem que ser valorizadas e inseridas no da escola, sobretudo, porque esta instituição ainda hoje estar muito enraizada no pensamento eurocêntrico e

uma forte influência cristã perdura no fazer pedagógico. Dessa maneira, não só a cultura européia, mas também a indígena e a africana entre outras devem ser trabalhadas no espaço escolar. Nessa perspectiva multicultural deve haver uma articulação dinâmica entre as culturas, ou seja, não se pode excluir e negar as outras culturas nem as diferenças entre estas.

Por isso, as autoras (CANDAU, ANHORN, 2000) trazem esse debate, considerado relevante sobre as relações multiculturais na escola com o intuito de guiar as reflexões e conscientizar professores (as) nas suas ações pedagógicas. De acordo com suas análises essa perspectiva não surge apenas por questões pedagógicas, mas também por questões “sociais, políticas, ideológicas e culturais”, sendo assim, a luta pelo reconhecimento, e pelos direitos dos (afro-descendentes e tantos outros) grupos que são discriminados e colocados à margem da sociedade deu mais ênfase ao processo de introdução do multiculturalismo nas escolas.

É fundamental a escola absorver e inserir de forma democrática as diferenças culturais na prática pedagógica. Nesse contexto as autoras levantam questões interessantes, tais como: a prática didática do professor, ou seja, a interação multicultural tem que estar presente e ser mediada pelo professor. Dessa forma, os debates suscitados no texto enfatizam a cidadania e as relações de diferentes culturas em um espaço pedagógico, ou seja, os embates e as discussões são trazidos para tentar solucionar e manter o convívio multicultural.

Comparando as pesquisas realizadas com a nossa identificamos que na escola Cândido Régis de Brito a interação não existe de forma intensificada, visto que a cultura e os temas afro-brasileiros são diversos e não se limita a uma disciplina ou a um só discurso, mas pode abranger o multiculturalismo conforme (CANDAU, ANHORN, 2000) expõem. Isso significa dizer que não existe uma cultura única ou que apenas uma seja levada a cabo, mas que todas estão no mesmo padrão de cidadania e de direito democrático. Nessa perspectiva é relevante deixar que as culturas convivam no meio escolar.

Para fundamentar a discussão formulada (CANDAU, ANHORN, 2000) recorreram aos pressupostos teóricos de Bartolomé Pina (94) visto este pesquisador abordar que “é preciso que as pessoas reconheçam que existe uma sociedade multicultural”. Reconhecer a diversidade cultural tanto na comunidade como na escola é reconhecer também a existência do racismo e da discriminação e combatê-los. Além de Bartolomé Pina (94) as autoras (CANDAU, ANHORN, 2000) fundamentam-se em Banks, visto que este enfatiza o valor transformador da educação multicultural. Por isto estas pesquisadoras levam em consideração também os valores de cada cultura e as suas originalidades, pois a escola não tem e não deve criar e nem alimentar rivalidades entre as culturas, de modo que exclua e alimente as hierarquias, visto que, nenhuma deve se sobrepuser a outra. A escola deve facilitar os meios para que os docentes incluam os conteúdos de maneira multidimensional e democrática nos currículos.

Em conversa com uma professora da Escola Cândido Régis de Brito esta salientou a importância da integração das culturas, e afirmou que além da cultura indígena, da afro-brasileira e da cultura europeia outras culturas precisam ser integradas a escola, a exemplo da cultura cigana. Na Escola Cândido Régis de Brito é perceptível

que a gestão dar plena liberdade para que os docentes trabalhem esses temas, porém percebemos o desinteresse dos mesmos (as) por tais temáticas. Afora isso, percebemos que a temática diversidade cultural não está inclusa no PPP da escola. Todavia, os (as) professores (as) têm autonomia para pensar e construir o currículo da escola, e nele incluir os conteúdos de história e cultura afro-brasileira e africana, visto estes estarem determinados pela lei 10.639/003.

A efetivação da perspectiva multicultural nos currículos também é abordada por (SANTOS, 2006). Na série *Currículo, relações raciais e cultura afro-brasileira* cujo objetivo é alertar para a efetivação de práticas metodológicas que espelhadas na realidade dos alunos trabalhe a mudança do currículo escolar vigente nas escolas a fim de que se cumpra a Lei 10.639/03 e valorize a História e a Cultura Afro-brasileira e Africana esse autor discute tal questão.

Esse pesquisador ainda apresenta sugestões referentes ao modo de como o (a) professor (a) pode incluir a obrigatoriedade da Lei a sua disciplina, a partir de pequenos discursos a fim de se desnaturalizar algumas situações preconceituosas onde o negro é folclorizado. Este tipo de discussão está presente até mesmo em livros juntamente com teorias racistas. É colocada também a importância de se trabalhar a cultura bem como a dança, a música a religião, a arte, entre outros, a fim de que o alunado se encontre em meio à história africana e afro-brasileira.

Na Escola Cândido Régis de Brito percebemos que alguns professores (as) trabalham com músicas de Jacson do Pandeiro, com a origem do distrito de Zumbi e as manifestações culturais de Caiana dos Crioulos. Essa prática é comum a um número pequeno de professores (as) interessados em cumprirem as determinações da Lei 10.639/03.

Desta feita (MELO, 2002) e (CANDAU, ANHORN, 2006) e (SANTOS, 2006) nas suas pesquisas propõem que professores (as) se utilizem da multiculturalidade e da interdisciplinaridade para se trabalhar a história e cultura afro-brasileira e africana na escola. Ao mesmo tempo em que são expostas diversas possibilidades de se utilizar os conteúdos exigidos pela Lei 10.639/03, desmistificando dessa forma o discurso de alguns profissionais que relatam ser incompatível trabalhar tais assuntos em disciplinas de áreas de ensino diferentes como a matemática.

No primeiro programa da série *Currículo, relações raciais e cultura afro-brasileira* são apresentadas questões norteadoras a respeito de como se trabalhar a Lei 10.639/03. Esse programa não deixou brechas para desculpas e colocou de forma direta a urgência e importância dessa lei para que a escola reformada ofereça de forma democrática educação olhando para todas as culturas.

A democratização por meio da igualdade e da multiculturalidade da formação do currículo, além de ser salientada por (CANDAU, ANHORN, 2006) e por (SANTOS) também é discutida por (LUZ, 2006), visto que a questão maior do seu trabalho é a Lei 10.639/03. Essa autora (LUZ, 2006) no seu trabalho tem como objetivo mostrar que essa lei faz com que muitos professores (as) sejam pressionados a contribuir com sua efetivação. A pressão a partir da lei também é discutida por (GOMES & JESUS, 2013). No resultado de sua pesquisa estes mostram que os (as) professores (as) se sentem pressionados a dialogar com a história e cultura afro-brasileira e africana. Isso acontece

por que a escola tem uma herança européia e mudar essa herança requer mudanças em todo corpo escolar, desde o currículo e o PPP ate as atitudes e praticas cotidianas na escola, sobretudo, na relação entre alunos (as) e professores (as).

Na Escola Candido Régis de Brito a situação não é diferente, pois professores (as) se sentem pressionados a trabalhar os conteúdos de história e cultura afro-brasileira e africana, sobretudo, devido a nossa presença e mais ainda quando falamos na obrigatoriedade da Lei 10.639/03.

Acerca dessa questão (LUZ, 2006) fomenta que o processo de implantação de tal lei não vem ocorrendo de forma tranqüila por que muitas comunidades e órgãos defensores das questões afro-brasileiras lutam intensamente para que o ensino de história da África seja lecionado nas escolas. No entanto, aponta que as universidades também podem auxiliar na luta pela efetivação dos conteúdos de história e cultura afro-brasileira e africana propondo projetos e cursos de formação.

Além disso, como já afirmamos muitas escolas ainda tem a herança de um currículo europeizado que mostra a África apenas como um continente pobre e habitado por um povo homogêneo e sem cultura. Quebrando essa perspectiva (LUZ, 2006) trabalha com a compreensão de uma África plural, diversa, que não é um lugar tão distante das nossas vidas e muito menos de nossa história como sociedade como afirmam alguns professores (as) quando em sala de aula toca na temática história da África. Acerca dessa questão (LUZ, 2006) ainda ressalta que “se realmente pretendemos aproximarmo-nos da “**África Viva**”, será preciso pensar em africanizar o currículo”, mas chegar a tal ponto é muito complicado, pois nas escolas nem o PPP está africanizado. Ou seja, temos que ultrapassar as barreiras das narrativas e empregar e mostrar os valores de uma sociedade, e de uma história que não se fez e nem se faz só no passado, isto é, a África e os afro-brasileiros de hoje também tem valores relevantes, e por isso, é preciso mais diálogos com as questões afro-brasileiras, ate por que o conhecimento que existe em torno da África é amplo e não pode ser apresentado e discutido em migalhas.

É por esse viés que (LUZ, 2006) analisa a Lei 10.639/03 levando em consideração que o docente tem uma gama de ferramentas, ou seja, como ela cita, é “através da vivência e convivência com *orikis*, contos, instrumentos percussivos, cujos toques falam/comunicam/relatam histórias que anunciam os primórdios da humanidade, indicando princípios ético-estéticos para que o corpo comunitário se expanda e dê continuidade aos elos de ancestralidade que projetam e anunciam a África viva, transcendente”. Isso significa que os docentes e os alunos têm vários meios de ampliar seus conhecimentos em relação à África e a sua cultura como formadora de outras culturas.

Então há um longo percurso a percorrer para que seja efetivada uma educação multicultural, na qual convivam todas as culturas e estas sejam valorizadas e estudadas, de modo que estudantes e professores (as) a compreendam como formadora da cultura brasileira.

A diversidade tem que ser trabalhada desde o ensino básico, pois para (CONCEIÇÃO, 2006) as crianças negras se sentem abaixo das demais, ou seja, elas já desde pequenas se sentem inferiores as outras crianças, por isso, todas elas têm que ter



conhecimento que faça com que as crianças de cor negra reconheçam e construam sua identidade relacionada à sua cultura e também que as demais valorizem a cultura afro-brasileira reconhecendo a sua presença na formação da cultura do país.

Na pesquisa realizada identificamos que os (as) professores (a) das series iniciais tem receio em trabalhar as questões étnico-raciais, pois quando fomos aplicar os questionários alguém do corpo escolar falou que ensinar as questões étnico-raciais às crianças é muito difícil por que elas não entendem. O medo manifestado por alguns professores (as) é fruto da formação precária. Desta feita o trabalho de (CONCEIÇÃO, 2006) traz considerações acerca do efeito da Lei 10.639/03 em escolas de educação básica. Essa autora afirma que os resultados da aplicação dessa lei são evidenciados nas mudanças nas práticas de ensino de professores (as) ao mesmo tempo em que alerta para as dificuldades oriundas do desafio a ser aceito pelos profissionais da educação: migrar de um “bom método”, confortável onde os resultados já são conhecidos para outro que exigirá desse profissional manter-se atualizado. Para (CONCEIÇÃO, 2006) se deve introduzir desde cedo na educação infantil à história e a cultura da população de origem africana com a finalidade de trabalhar a igualdade racial. Essa autora nas suas pesquisas utilizou-se de pesquisa realizada por (CAVALLEIRO, 2000) para assim apontar que já na primeira idade crianças brancas tem um comportamento de superioridade e discriminatório por meio de xingamentos e ofensas referentes à cor da pele. As crianças negras sentem-se inferiores e interiorizam uma identidade negativa do indivíduo negro. Outro ponto importante ressaltado por (CONCEIÇÃO, 2006) foi o fato de durante a pesquisa de campo de (CAVALLEIRO, 2000) ela ter observado que os livros e cartazes das escolas não representam crianças de cor como pertencentes ao Brasil, o que fortalece ainda mais uma identidade pejorativa da história dos sujeitos negros do país.

Desta feita a nossa pesquisa se relaciona com o trabalho de (CONCEIÇÃO, 2006), pois em visita a Escola Candido Regis de Brito verificamos que nessa escola só tinha uma representação de imagem da cultura afro-brasileira, ou seja, para uma escola localizada em um espaço cuja ascendência é negra as representações são ínfimas em meio a identidade que pode e deve ser criada e intensificada entre os estudantes e professores (as).

Acerca dessa questão (CONCEIÇÃO, 2006) enfoca que o ambiente escolar deve ser preparado com fotos, cartazes, textos didáticos, paradidáticos, e jogos e assim favorecer a identificação dos indivíduos e elevar a autoestima e o autoconhecimento das crianças, pois nessa fase as crianças não têm nenhum senso crítico e são vítimas indefesas do preconceito e estereótipos às vezes propostos inconscientemente pelo professor. Segundo (CONCEIÇÃO, 2006) a Lei 10.639/03 não tem por intuito retirar o branco do pódio da sociedade e colocar o negro, mantendo a discrepante hierarquização, mas propõe a diversidade cultural na escola.

Para tanto, se faz necessário que o (a) professor (a) mostre interesse por sua própria descendência e que até se reconheça como um sujeito preconceituoso ou racista para que de fato, seja um agente da interculturalidade e identifique as situações e assim possa agir sobre elas, uma vez que, segundo (CAVALLEIRO, 2000) a passividade de alguns profissionais da educação acaba por incentivar práticas preconceituosas e

discriminatórias dentro da escola e que posteriormente são manifestadas em outros ambientes.

O processo correto deveria ser outro, a escola precisaria oferecer uma educação igualitária onde todos tivessem a oportunidade de se identificar enquanto negro, índio, branco, entre outros, Pois, é do ambiente escolar que deve brotar os esclarecimentos e ações afirmativas e que essas ultrapassem os muros e rompam com os estereótipos preconceituosos e excludentes.

A diversidade cultural presente na escola tem que ser usada justamente para buscar valores esquecidos e de conhecer mais sobre nossos antepassados, é por isso, que o currículo tem que ser africanizado, para tornar e abrir novos caminhos de ensino em torno das africanidades. Por isso, (SANTANA, 2006) diz que apesar das leis 9.394/96 e 10.639/03 (a mais recente) serem criadas com intuito de trazer valores esquecidos e de conhecer mais sobre nossos ancestrais, não podemos negar que de tanto a população discriminar os afro-descendentes perderam e negaram as ascendências de seus ancestrais africanos.

Segundo (SANTANA, 2006) a negação da influencia direta dos africanos na nossa sociedade não é só invisível no contexto social, mas também no contexto escolar, e de forma exacerbada por aqueles (no caso professores, coordenadores e diretores e toda a equipe escolar) que deveriam trazer essas questões, discuti-las e explicá-las para assim diminuir o preconceito e criar uma identidade que desde outrora foi roubada. Porém estes profissionais não fazem muita coisa, para africanizar o currículo.

Assim como (MELO, 2002); (CANDAU, ANHORN, 2006) e (SANTOS, 2006), (SANTANA, 2006) salienta ainda que diversas áreas do conhecimento podem e devem abraçar as políticas de luta pela efetivação das atividades afro-brasileiras nas escolas. Mesmo não sendo da área de história essa autora coordena vários projetos que abordam a execução de trabalhos em torno das africanidades na formação brasileira, isto significa como já foi exposto, que as diversas áreas do conhecimento juntamente com outras disciplinas podem trabalhar e efetivar a diversidade de maneira democrática e igualitária.

Ao Fazer a discussão entre os parâmetros curriculares e uma pesquisa feita com docentes do 1º ao 4º essa autora constatou que a maioria dos (as) professores (as) entendem o que os PCN`s e a lei 10.639/03 determinam, porém esses mesmos (as) professores (as) não sabem como lidar com educação multicultural. Ainda com relação à pesquisa muitos professores (as) abordavam a cultura de outros grupos étnicos especialmente a religião, e por isso, negavam a cultura afro-brasileira. Isso seria, explica a autora, ter bom senso, é agir de acordo com o que a sociedade acha certo ou errado, entretanto, embora neguem a diversidade, esta por sua vez, se encontra em todos os lugares e também na escola. Assim (LOPES, 2006) explica que se existe diversidade em tudo, imagina dentro do espaço escolar que abriga toda uma gama populacional, com diversos gostos e pessoas com culturas e personalidades diferentes.

Toda uma história foi maquiada e deturpada por governantes que queriam valorizar a herança européia, branca, entretanto, é nesse contexto que a lei 10.639/03 de 2003 vem instituir a inclusão das culturas afro-brasileiras e africanas o ensino destas nos componentes curriculares das escolas para com isso, conscientizar a sociedade do valor,

da identidade e da herança que as africanidades representam e exercem para a nossa formação e para a cultura existente em nosso país. É nesse sentido que a partir da prática dessa lei no espaço escolar, se identifique a diversidade e a trabalhe. Isso significa dizer, conforme salienta Lopes (2006) que a escola vai divulgar conhecimentos, e vai trabalhar com o intuito da valorização das culturas afro-brasileiras de forma a passar valores esquecidos pela escola e também reconhecer que a escola necessita da disciplina História afro-brasileira e da África e dê à devida atenção a pluralidade étnica e social existente no Brasil e na escola.

A diversidade também é exposta por (CANDAU, ANHORN, 2006) quando discute a favor de uma educação multicultural na qual convivam as diversidades. Apesar dos esforços, isso se torna difícil, pois na nossa pesquisa percebemos que a escola no seu PPP não contempla as leis 10.639/03 e nem a 11.645/08, como afirmam os pesquisadores (as) com quem dialogamos. Ou seja, é preciso africanizar o currículo para que os trabalhos se tornem contínuos.

Ao longo da pesquisa identificamos o comportamento de alguns professores com relação à história e acultura afro-brasileira e africana, ou seja, o desinteresse em não querer responder os questionários, visto tratar-se de uma pesquisa relacionada a essa temática. A prova disto é que entre dez professores da Escola Candido Regis de Brito só foram três os professores que dialogaram sobre o assunto e não fizeram cara feia com as nossas conversas sobre a temática. O contato com os (as) professores (as) nos levaram a identificarmos também alguns deles (as) que não passaram por nenhuma formação com relação aos conteúdos de história e cultura afro-brasileira e africana. Por isso, não quiseram responder o questionário.

Como em outras pesquisas na nossa o livro didático é apontado como a ferramenta principal do professor e como resultado disto sabemos os livros abordam de forma minimizada a história e cultura afro-brasileira e africana. Porém, como foi exposto pela Professora de Geografia, que deu mais atenção a nossa pesquisa: nada impede o professor de levar esses temas para a sala de aula, visto que, a própria direção, de certa forma, dar apoio para que essas discussões aconteçam em sala e para as manifestações como o dia 20 de novembro. Por alguns momentos tive a impressão que o pessoal da Secretaria da Escola dava mais importância a nossa pesquisa que os (as) professores (as). Identificamos também que o PPP da escola não contempla ainda as leis 10.639/03 e nem a 11.645. Mesmo assim alguns professores (as) até tentam trabalhar os conteúdos demandados por essas leis, no entanto, eles não conseguem, pois não tem embasamento suficiente para falar de forma correta e isso gera medo, pois não se pode chegar a uma sala de aula e dizer qualquer coisa.

## REFERENCIAS

ANHORN, Carmen Teresa Gabriel. CANDAU, Vera Maria. **A questão didática e a perspectiva multicultural: uma articulação necessária.** PUC-Rio, 2000.

CONCEIÇÃO, Regina. Currículo, relações raciais e cultura afro-brasileira Programa 2. **As Relações Étnico-raciais, História e Cultura afro-brasileira na Educação Infantil.** Salto para o futuro. Boletim, 20 de outubro de 2006.

GOMES, Nilma Lino; JESUS, Rodrigo Ednilson de. **As práticas pedagógicas de trabalho com relações étnico-raciais na escola na perspectiva de Lei 10.639/2003: desafios para a política educacional e indagações para a pesquisa.** Educar em Revista, Curitiba, Brasil, n. 47, p. 19-33, jan./mar. UFPR, 2013.

LUZ, Narcimária Correia do Patrocínio. Currículo, relações raciais e cultura afro-brasileira Programa 1. **História e cultura afro-brasileira e africana. África viva e transcendente!** Salto para o futuro. Boletim 20 de outubro de 2006.

MELLO, André da Silva. **A HISTÓRIA DA CAPOEIRA: PRESSUPOSTO PARA UMA ABORDAGEM NA PERSPECTIVA DA CULTURA CORPORAL** Centro Universitário Vila Velha. UVV, 2002.

NEUSA, Lopes Véra. Currículo, Relações Raciais e Cultura Afro-Brasileira, Programa 3. **Diversidade Étnico-racial no Currículo Escolar do Ensino Fundamental.** Salto para o futuro. Boletim, 20 de outubro de 2006.

SANTANA, Marise de. Currículo, Relações Raciais e Cultura Afro-Brasileira, Programa 4. **O Legado Ancestral Africano na Diáspora e a Formação Docente.** Salto para o futuro. Boletim, 20 de outubro de 2006.

SANTOS, Simone. **Currículo, relações raciais e cultura afro-brasileira.** Ministério da Educação, Secretaria de Educação a Distância, Salto para o Futuro, Tv Escola. Boletim 20, p. 1-7, outubro, 2006.